



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PARAÍSO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**ABORDAGENS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E
LETRAMENTO NO 2º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

AUTORA: MARIA VILMA PEREIRA NASSER

ORIENTADORA: FRANCISCA HELENA EUSTÁQUIO

São Sebastião do Paraíso/MG
2009

ABORDAGENS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

MARIA VILMA PEREIRA NASSER

Monografia apresentada à UNIESP -
União de Escolas Superiores Paraíso,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Licenciado (a)
em Pedagogia, Educação Física ou
História.

Orientador: Prof. Esp. Francisca
Helena Eustáquio

São Sebastião do Paraíso/MG
2009

**ABORDAGENS SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador

Professor Avaliador da Banca

Professor Avaliador da Banca

São Sebastião do Paraíso – MG

2009

DEDICATÓRIA

Decido este trabalho a minha mãe, ao meu esposo, aos meus filhos e a minha neta, que em todos os momentos de minha dúvida, diante da incerteza souberam me apoiar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter nos concedido a dádiva da vida e inteligência, suficiente para poder-mos maravilhar por cada descoberta que a ciência contabiliza sempre refletindo sua imensa sabedoria e perfeição na criação na natureza.

Agradeço a minha orientadora pela dedicação em me apoiar neste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1-LETRAMENTO DE ALFABETIZAÇÃO.....	9
1.1 Quando surgiu a palavra letramento.....	9
1.2 Diferença entre letramento e alfabetização.....	12
1.3 O papel do professor letrador.....	14
2 – REPENSANDO O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA.....	18
2.1 Um olhar sobre a história da língua escrita.....	22
2.2 O desafio de ensinar ler e escrever.....	22
3- AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA.....	31
3.1 As dificuldades encontradas pelos professores que trabalham com o 2º ano do ensino fundamental.....	31
3.2 As concepções das crianças a respeito do sistema da escrita.....	33
3.3 Considerações Finais.....	42
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

RESUMO

Falar de letramento e de alfabetização torna-se de grande importância principalmente diante da atualidade, por ser tratar de uma etapa primordial de aprendizagem na vida do aluno, em especial dos alunos do 2º ano do ensino fundamental. Sendo assim, buscou-se descrever as abordagens do conceito de alfabetização e de letramento, também relatando como estes conceitos são introduzidos em sala de aula e também de como podem auxiliar na aprendizagem. Utilizou-se da metodologia bibliográfica, para melhor compreensão do tema aqui abordado.

Palavras-chaves: Letramento, alfabetização, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho insere o entendimento sobre os conceitos de alfabetização e de letramento, principalmente no 2º ano do ensino fundamental. Esse trabalho justifica-se com o intuito de esclarecer e mostrar a relação existente entre a alfabetização e letramento e sua contribuição para a formação dos alunos

Esse tema foi escolhido devido à vontade de entender e comparar melhor estas duas atividades, que são etapas de grande relevância para a aprendizagem dos alunos, principalmente dos que encontram-se no 2º ano do ensino fundamental.

Servirá como fonte de pesquisa para educadores, professores e pessoas que queiram melhor se inteirar sobre o assunto, servindo também como fonte de pesquisa para os que trabalham com esta série, podendo contribuir para o desempenho de suas práticas e ações pedagógicas.

Buscou-se descrever as abordagens dos conceitos de letramento e de alfabetização, bem como, mostrar suas relações e divergências, identificando como se procede as práticas de ensino e a construção de leitura e da escrita pelas escritas, também buscou entender as dificuldades que alguns professores encontram ao trabalhar com estes conceitos, e por fim, analisar o papel do educador na alfabetização e no letramento do aluno.

A pesquisa teve caráter bibliográfico, baseado em temas que inserem nossa pesquisa. Utilizou-se do método comparativo para entendimento do processo de alfabetização e letramento no 2º ano do ensino fundamental.

I - LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

No início da década de 80, os estudos acerca da psicogênese da língua escrita trouxeram aos educadores o entendimento de que a alfabetização, longe de ser a apropriação de um código, envolve um complexo de processo de elaboração de hipóteses sobre a representação lingüística.

“Os anos que se seguiram, com a emergência dos estudos sobre o letramento, foram igualmente férteis na compreensão da dimensão sócio-cultural da língua escrita e de seu aprendizado” (SOARES, 1998).

Em estreita sintonia, ambos os movimentos, nas sua vertentes teórico-conceituais, romperam definitivamente com a segregação dicotômica entre o sujeito que aprende e o professor que ensina.

Rompeu, também com o reducionismo que delimitava a sala de aula como o único espaço de aprendizagem.

Durante muito tempo a alfabetização foi entendida como mera sistematização, isto, é, como a aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas.

Em uma sociedade constituída em grande parte por analfabetos e marcada por reduzidas práticas da leitura e escrita, a simples consciência fonológica que permita aos sujeitos associar sons e letras para produzir , parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

Com o tempo, a superação do analfabetismo em massa e a crescente complexidade de nossas sociedades fazem surgir maiores e mais variadas práticas de uso da língua escrita.

1.1 Quando surgiu a palavra letramento

A palavra letramento ainda não está dicionarizada, porque foi introduzida muito recentemente na língua portuguesa, tanto que quase podemos datar com precisão sua entrada na nossa língua, identificar quanto e onde essa palavra foi usada pela primeira vez.

A palavra letramento apareceu pela primeira vez no livro de Mary Kato, 1986, Depois da referência de Mary Kato, em 1986, no livro que, pode-se dizer, lançou a palavra no mundo da educação.

Mais recentemente, a palavra tornou-se bastante corrente, aparecendo até mesmo título de livros, por exemplo: os significados do letramento, coletânea de textos organizada por Ângela Kleiman. (SOARES, 1998, p. 18).

A pessoa que aprende a ler e a escrever - que se torna alfabetizada - e que passa a fazer uso da leitura e da escrita, a envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita - que se tornam letradas - é diferente de uma pessoa que ou não sabe ler e escrever - é analfabeta - ou, sabendo ler e escrever, não faz uso da leitura e da escrita - é alfabetizada, mas não é letrada, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita.

Sabe-se que o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos e habilidades. Vemos também que é um conceito complexo para que possamos determinar com clareza.

As duas principais dimensões do letramento são a dimensão individual, em que o foco relaciona-se com atributo pessoal e a dimensão social, quando o foco se desloca para o contexto cultural, que envolve a língua escrita.

Sob o prisma da dimensão individual, é complicado definir letramento por envolver dois processos diferentes: ler e escrever. Apesar dessas diferenças, as definições de letramento tomam a leitura e a escrita como uma única habilidade.

E algumas vezes, as definições de letramento que consideram as diferenças entre leitura e escrita tendem a concentrar-se ou na leitura ou na escrita, desconsiderando que os dois processos são complementares.

A leitura e a escrita são constituintes heterogêneos e cada um deles é um conjunto de habilidades diferentes.

Analisando a leitura do ponto de vista da dimensão individual do letramento é um conjunto de habilidades lingüísticas e psicológicas, que se estendem desde a

habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos.

Logo, a leitura é um processo de relacionar símbolos escritos a unidade de som, o de construir uma interpretação de textos escritos, habilidade de captar significados, capacidade de interpretar seqüências de idéias ou eventos entre outros.

A escrita, na perspectiva da dimensão individual de letramento, é o mesmo conjunto de habilidades do ato de ler, mas diferentes daquelas exigidas pela leitura. Portanto, a escrita é um processo de relacionar unidades de som a símbolos escritos, expressar idéias, organizar o pensamento em língua escrita, habilidades motoras (caligrafia), ortografia, pontuação, seleção de informações sobre um determinado assunto entre outros.

Não há uma “linha divisória” que separe indivíduos letrados dos iletrados, por diversas particularidades e habilidades.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) tenta fazer uma distinção e diz que: é letrada a pessoa que consegue tanto ler quanto escrever com compreensão uma frase simples e curta sobre sua vida cotidiana). É iletrada a pessoa que não consegue ler nem escrever com compreensão uma frase simples e curta sobre sua vida cotidiana. (UNESCO, 1985, p.4).

Entretanto, consiste em definições arbitrárias, pois é complicado definir um fundamento para selecionar certa habilidade (ler e escrever com compreensão).

Analisando a dimensão social do letramento, verifica-se a impessoalidade do termo e confere que o letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita que se relacionam com as práticas sociais.

Há interpretações conflitantes sobre a natureza da dimensão social do letramento atribuindo a uma versão fraca de sua implicação. Essa versão enfraquecida é denominada como letramento funcional ou alfabetização funcional que é definido por Gray como sendo os conhecimentos e habilidades de leitura e escrita que tornam a pessoa apta a engajar-se em atividades nas quais o letramento é exigido em grupo.

Segundo a UNESCO, uma pessoa funcionalmente letrada é àquela que pode participar de todas as atividades nas quais o letramento é necessário para o

funcionamento de um grupo e comunidade e, para capacitá-la a continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo para o seu desenvolvimento e de sua comunidade.

Por todo o tempo, em que já vivemos como umas sociedades grafocêntrica, têm-se conhecimento sobre a problemática da falta do saber ler e escrever.

Com isso, gerou-se uma crescente preocupação em desenvolver um controle sobre essa questão, através de muitos estudos e ações com o objetivo de erradicar o problema, logo, foi preciso criar um termo e fazê-lo conhecido no campo da pesquisa, surgindo o analfabetismo

Então o nome, letramento surgiu mediante a esta nova constatação. “ Quando fatos novos são constatados, ou surgem novas idéias à respeito de fenômenos depara-se com a necessidade de se criar novos vocábulos” (SOARES, 1998, p.22).

1.2 Diferença entre Letramento e Alfabetização

As alfabetizações, como já mencionam, se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo.

Enquanto o letramento “focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (TFOUNI, 1995), e ainda, é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Um exemplo do que acabamos de mencionar (SOARES, 1998):

Analfabetismo no primeiro mundo? (...) quando os jornais noticiam a preocupação com altos níveis de ‘analfabetismo’ em países como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra; surpreendente porque: como podem ter altos níveis de analfabetismo países em que a escolaridade básica é realmente obrigatória e, portanto, praticamente toda a população conclui o ensino fundamental (que, nos países citados, tem duração maior que a do nosso ensino fundamental - 10 anos nos Estados Unidos e na França, 11 anos na Inglaterra). É que, quando a nossa mídia traduz para o português a preocupação desses países, traduz illiteracy (inglês) e illetrisme (francês) por analfabetismo. Na verdade, não existe analfabetismo nesses países, isto é, o número de pessoas que não sabem ler ou escrever aproxima-se de zero; a preocupação, pois, não é com os níveis de analfabetismo, mas com os níveis de letramento, com a dificuldade que adultos e jovens revelam para fazer uso adequado da leitura e da escrita: sabem ler e escrever, mas enfrentam dificuldades para escrever um ofício, preencher um formulário, registrar a candidatura a um emprego - os níveis de letramento é que são baixos.

O exemplo acima são verificações feitas fora do Brasil, mas demonstra claramente as diferenças entre os dois processos acima citados, inclusive, as diferenças que há em avaliar níveis de letramento e níveis de alfabetização.

Apesar da constatação de que os critérios de avaliação deles não se assemelham muito aos nossos quanto à alfabetização, é satisfatório saber também, que já existem mudanças consideráveis em nossos parâmetros, e, o que se observa é que isso tem gerado mudanças sociais e culturais, e por que não dizer, históricas?

Ainda quanto às diferenças entre letramento e alfabetização é necessário alertar que, estes dois processos estão diretamente ligados, contudo, devemos separá-los quanto ao seu abarcamento, devido as suas distinções já mencionadas anteriormente.

Há verificações de que a concepção de alfabetização também reflete diretamente no processo de letramento.

Uma nota no livro “Letramento: um tema em três gêneros” de Magda Soares (1998, p. 47), faz um apanhado, sobre o assunto, visto de uma maneira prática e real.

O texto exemplifica como um adulto pode até ser analfabeto, contudo, pode ser letrado, ou seja, ele não aprendeu a ler e escrever, todavia, utiliza a escrita para escrever uma carta através de um outro indivíduo alfabetizado, um escriba, mas é necessário enfatizar que é o próprio analfabeto que dita o seu texto, logo, ele lança mão de todos os recursos necessários da língua para se comunicar, mesmo que tudo seja carregado de suas particularidades.

Ele demonstra com isso que conhece, de alguma forma, as estruturas e funções da escrita.

O mesmo faz quando pede para alguém ler alguma carta que recebeu, ou texto que contém informações importantes para ele: seja uma notícia em um jornal; itinerário de transportes; placas; sinalizações diversas.

Este indivíduo é analfabeto, não possui a tecnologia da decodificação dos signos, mas, ele possui certo grau de letramento devido a sua experiência de vida em uma sociedade que é atravessada pela escrita, logo, este é letrado, porém não com plenitude.

Esse exemplo nos remete a outro, muito conhecido, que talvez não tenha sido percebido por quem assistiu, é a personagem de Fernanda Montenegro no filme “Central do Brasil” de Walter Salles, que fez uso de sua capacidade de ler e escrever

uma profissão, a de “escriba”, já quase desconhecida, em que a personagem escrevia correspondências para pessoas analfabetas em troca de dinheiro.

Os indivíduos que a usavam como ferramenta para se envolver em uma prática social, a de se corresponder, mesmo que indiretamente, utilizavam os códigos da escrita.

E, de forma peculiar a sua condição eles demonstram possuir características de grupos letrados.

Ainda na nota de Magda Soares (1998, p. 47), eles também exemplificam o caso de uma criança que mesmo antes de estar em contato com a escolarização, e que não saiba ainda ler e escrever, porém, tem contato com livros, revistas, ouve histórias lidas por pessoas alfabetizadas, presencia a prática de leitura, ou de escrita, e a partir daí também se interessa por ler, mesmo que seja só encenação, criando seus próprios textos “lidos”, ela também pode ser considerada letrada.

E ainda, há casos de indivíduos com variados níveis de escolarização e alfabetização que apresentam níveis baixíssimos de letramento, alguns “quase” nenhum.

Estes são capazes de ler e escrever, contudo, não possuem habilidades para práticas que envolvem a leitura e a escrita: não lêem revistas, jornais, informativos, manuais de instrução, livros diversos, receita do médico, bulas de remédios, ou seja, apresentam grandes dificuldades para interpretar textos lidos, como também podem não ser capazes de sequer escrever uma carta ou bilhete.

Com tudo isso, há pelo menos uma constatação: existem diferentes tipos e níveis de letramento, e estão eles ligados às necessidades e exigências da sociedade e de cada indivíduo no seu meio social.

1.3- O papel do professor letrado

Paulo Freire afirma que para o educador, o ato de aprender “é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito”. (FREIRE, 1990).

Esta constatação não está relacionada somente ao educando, pois sabemos que o educador tem que estar sempre adquirindo novos aprendizados, lançando-se a novos saberes, e isto, resulta em mudanças de vários aspectos, como também,

gera o enriquecimento tanto para o educador quanto para o educando, que com certeza lucrará com esse desenvolvimento.

Então, necessário é que o educador atente-se para aquilo que é sumariamente importante na sua formação, ou seja, “o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”, e, “quanto mais inquieta for uma pedagogia, mais crítica ela se tornará” (FREIRE, 1990).

O mesmo afirma que a pedagogia se tornará crítica se for investigativa e menos certa de certezas, pois o ato de educar não é uma doação de conhecimento do professor aos educandos, nem transmissão de idéias, mesmo que estas sejam consideradas muito boas.

O profissional de educação deve ser capaz de fazer sua interferência na realidade, o que certamente, gerará novos conhecimentos, e isto, é bem mais elevado do que simplesmente se enquadrar na mesma. Já mencionamos por várias vezes que o letramento é um fenômeno social; logo, essa intervenção que se faz necessária pode ser proporcionada por ele.

O letramento não está restrito ao sistema escolar, mas vamos neste trabalho nos ater nesse meio por considerar que cabe à escola, fundamentalmente, levar os seus educandos a um processo mais profundo nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

Saber ler e escrever um montante de palavras não é o bastante para capacitar o indivíduo para a leitura diversificada, neste ponto entendemos que surge a necessidade de se letrar os sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Para o educador se tornar um professor-letrador necessário se faz que, primeiramente, obtenha informações a respeito do tema, as suas dimensões e, sobretudo, a sua aplicação.

Essa última é desenvolvida através de pesquisas e investigação, que geram subsídios-suportes.

Entretanto, medrar subsídios para educadores é uma tarefa difícil de ser exercida, pois sabe-se que alguns desses profissionais, num determinado momento, se colocam em uma posição quase inatingível, completos de suas certezas.

Porém, se há mutações contínuas na sociedade contemporânea, e essas refletem em todos os setores, inclusive na escola, é lógico que a cristalização dos saberes do educador é um equívoco, pois o conhecimento nunca se completa, ou se finda, e o letramento é um exemplo claro disso.

Contudo, as insuficiências do sistema escolar na formação de indivíduos absolutamente letrados não sucedem somente pelo fato de o “professor não ser um representante pleno da cultura letrada, nem das falhas num currículo que não instrumentaliza o professor para o ensino” (KLEIMAN, 1995, p. 47). Pois essas falhas são mais enraizadas, porque são produtos do modelo imposto pelo sistema padrão de ensino.

Diante do avanço tecnológico o professor tem um papel fundamental no processo ensino aprendizagem na educação e que é possível alfabetizar tendo um papel no processo de letramento, pois o educador trabalhará através de agrupamentos, leitura diversificada e a valorização do conhecimento prévio do aluno.

Desenvolvendo no aluno a capacidade de ler e escrever, a partir de atividades lúdicas, avançando nas diferentes hipóteses sobre o funcionamento do sistema de escrita.

Segundo Soares (1998):

È do resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita, pois a escrita traz conseqüências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, lingüística, assim o processo de letramento constitui no ler e escrever por prazer e com lazer para que as mesmas possam conviver no mundo, usando a leitura e a escrita para descobrir si mesmo, sendo crítico diante dos conceitos sociais.

Sabe-se que o processo do letramento vai além do domínio do código alfabético (ler e escrever).

Contudo o educador deve compreender o seu papel de forma significativa ao aluno, onde ele possa escrever, ler e compreender o significado dos diferentes tipos de textos de uso social até o término do mesmo, sendo também a meta principal do mesmo.

Portanto deve ter a preocupação não só em ensinar a grafia das letras e sua decodificação, mas sim, em favorecer a obtenção de uma série de competência ao aluno.

Na sala de aula o professor tem alunos que estão em diferentes processos do letramento, daí a necessidade de desenvolver na sala de aula um trabalho com os alunos que se encontra em níveis silábicos distintos, realizando agrupamentos e alternando-os durante as atividades propostas, levando assim o educando a ter a

cada dia um desafio para superar e alcançar os objetivos propostos do projeto e da nossa missão de educar com qualidade.

O papel do professor no processo do letramento, deve dar a oportunidade ao aluno de se alfabetizar de modo simples, lúdico e prazeroso objetivando a formação de leitor ora escritor eficiente, que saiba usar a linguagem oral e a escrita nas mais diversas situações, familiarizando com os diversos tipos de textos: quadrinhas, poemas, placas de rua, parlendas, cantigas de roda, pequenas canções, adivinhas, trava-língua, textos poéticos, textos narrativos, textos folclóricos, textos informativos, cruzadinhas, diagramas, carta enigmática, liga pontos, camuflagem e outros. (KLEIMAN,1995).

Ressaltando que o mais importante no processo da alfabetização daqueles alunos que se encontram em processos de letramento distintos é o incentivo do aluno para ele sentir prazer em ler e escrever.

E explorando atividades que fazem parte do universo infantil, mágico, imaginário e popular da criança, favorecendo ao longo do projeto as diferentes estratégias de leitura e avanços em suas hipóteses iniciais sobre a escrita.

É de suma importância que o educador possa fazer o diagnóstico dos alunos e observar em que nível de conhecimento cada aluno tem na escrita, analisando a escrita dos alunos que não estabelecem a correspondência da letra com o som, se tem dificuldade em decifrar o texto ao ler, não consegue ler com a letra maiúscula ora minúscula, a criança escreve alfabeticamente, não consegue segmentar o texto em palavras, recusando em escrever, pois acha que não sabe escrever e nem ler, mas infelizmente está é a situação atual da educação.

II _ REPENSANDO O ENSINO DA LÍNGUA ESCRITA

2.1 – Um olhar sobre a história da língua escrita

O processo de constituição do sujeito ocorre a partir de relações sociais, semioticamente mediadas.

Assim, é via produção de sentidos que o ser humano produz cultura e, simultaneamente, constitui-se enquanto singularidade, o que caracteriza esse processo como criador.

Sabe-se que o advento da linguagem é um marco na história da humanidade. Através desta atividade, tipicamente humana, o sujeito passa a ter uma nova relação com o passado, com o presente e com o futuro, pois por meio de narrativas orais tem acesso às memórias dos acontecimentos e modos de vida.

Com a invenção da linguagem escrita essas possibilidades, assim como os processos psicológicos necessários para sua produção, complexificam-se, porquanto aquele que escreve necessariamente precisa ter o " domínio consciente de todos os meios de expressão escrita" (LURIA, 1987, p.169).

Com esse movimento, a linguagem escrita permite ressignificar o passado e o presente, constituindo-se também como ferramenta importante para projetar o futuro.

Afinal, a escrita permite ao ser humano descolar-se do tempo imediato e mergulhar num mundo imaginário, que, por sua vez, amplia sua experiência na medida em que lhe torna possível re-criar o que não vê.

Desta forma, a capacidade de conhecer o passado e planejar o futuro, no aqui-e-agora, refere-se a uma complexa atividade que envolve processos psicológicos superiores como imaginação, memória, percepção e pensamento abstrato, amalgamados pela emoção e pela própria linguagem.

Assim, a linguagem caracteriza-se não apenas como via de comunicação que transcende limites espaciais e temporais, mas também como constitutiva do sujeito, do seu modo de vida, do seu pensar, sentir e agir.

Essas questões serão discutidas neste texto, em especial, a relação entre linguagem escrita¹ e processo de criação.

Gelb (1962), faz um detalhado estudo, ao longo da História, sobre o nascimento e desenvolvimento da escrita mais utilizada por nós na atualidade – a escrita alfabética, ou seja, a escrita que utiliza letras de um alfabeto.

Kato (2002), assinala que por muito tempo a escrita foi compreendida como uma forma duvidosa de informação: "o próprio Platão toma o aspecto impessoal da escrita como um traço inferior, atribuindo a insuficiência dessa modalidade à falta de contato pessoal." (KATO, 2002, p. 34).

Por volta do século II, Santo Irineu, considerado o maior escritor eclesiástico de sua época, refere-se à escrita como uma legitimação da oralidade. Neste contexto, a autoridade oral passa a ser questionada e os escritos bíblicos é que assumem lugar de verdade absoluta.

A escrita passa, então, a ser "legalizada", e nós, a fazermos parte de uma cultura grafocêntrica, na qual a escrita adquire indelével importância ante as diversas outras formas de linguagem que o ser humano pode desenvolver.

Saber ler e escrever torna-se símbolo de distinção social, pois permite ao sujeito assumir uma condição diferenciada neste novo contexto, uma vez que a realidade passa, nesse caso, a ser lida com outros olhos e este olhar conta com a mediação semiótica da palavra escrita.

Essas atividades, a de ler e a de escrever, não se restringem ao ato de compreender que os rabiscos numa folha branca são símbolos que representam sons da fala ou de discriminar as formas das letras.

Elas consistem em ter uma percepção auditiva aguçada, entender o conceito de palavras e sentenças e ser capaz de organizar textos no papel (Lemle, 2000).

Além destes aspectos, saberes considerados básicos para que uma pessoa possa aprender a ler e a escrever, considera-se que estas atividades humanas e complexas permitem a produção e apropriação de diversos sentidos à razão de alguns lugares sociais e dos modos de participação dos sujeitos que empreendem essas atividades e, por seu intermédio, estabelecem interlocuções com outras pessoas, de diferentes tempos e espaços.

A linguagem não é compreendida, assim, apenas como uma ferramenta técnica que medeia às relações humanas, mas também e, sempre, como uma ferramenta semiótica constitutiva do sujeito, pois via signos constituem-se processos psicológicos caracteristicamente humanos.

Destarte, ler e escrever são atividades culturais complexas: culturais, pois veiculam sentidos culturalmente construídos e compartilhados e, ao mesmo tempo possibilitam, em razão de seu caráter polissêmico, a produção de novos sentidos; complexas, pois se relacionam desde o princípio com a consciência e a intencionalidade.

A esse respeito Luria (1987, p. 170), esclarece que, quando aprende a escrever, a criança opera, no início, não com idéias, mas sim com os instrumentos de sua expressão exterior, com os meios de representação dos sons, etc.

Somente mais tarde o objeto das ações conscientes da criança é a expressão da idéia.

Desta forma, a linguagem escrita - diferentemente da oral, a qual se constitui no processo de comunicação viva - é, desde o início, um ato voluntário consciente, no qual os instrumentos de expressão se configuram como o principal objeto da atividade.

Desse modo, a linguagem escrita exige sempre reflexão, pois para expressar um mesmo pensamento por escrito utiliza-se um número maior de palavras do que na comunicação oral, por não ser possível contar com outros recursos meta comunicativos, como entonação de voz, gestos, postura corporal.

Nas palavras de Vygotski (1992, p. 328), " a linguagem escrita ajuda que a linguagem se desenvolva numa forma de atividade complexa (...) a reflexão prévia é muito importante na linguagem escrita: com muita freqüência dizemos primeiro para nós mesmos o que depois escrevemos."

Kramer (2000, p. 114), aponta, por sua vez, para a necessidade de se considerar a escrita além de seu aspecto instrumental, pois esta precisa ser refletida enquanto experiência. Para a autora, " o que faz da escrita uma experiência é o fato de que tanto quem escreve quanto quem lê enraízam-se numa corrente, constituindo-se com ela, aprendendo com o ato mesmo de escrever ou com a escrita do outro, formando-se."

Ao adotar-se aqui uma orientação teórico-metodológica fundamentada no enfoque histórico-cultural em Psicologia, a qual se alicerça no materialismo histórico

e na dialética, propõe-se uma discussão rumo a um novo olhar sobre as dicotomias técnica x sentido e forma x conteúdo, que compõem as atividades de ler e escrever. Vygotski baseia-se na noção de movimento dialético em sua compreensão sobre o desenvolvimento do psiquismo humano, na qual procura transcender a velha oposição que marca a psicologia - o dualismo entre natureza e cultura.

Neste sentido, Pino (2000, p. 10) afirma que " o homem é um ser que emergindo da matéria e transpondo seus limites no campo do imaginário e do simbólico, torna-se construtor do mundo e de si mesmo."

Distante do idealismo e do materialismo mecanicista, encontra-se um movimento no qual o sujeito se constitui nas e pelas relações que mantém com sua cultura, ao mesmo tempo em que também produz cultura, considerando a dimensão histórica da realidade.

Isto é, " o homem objetiva-se e concomitantemente se subjetiva, ou seja, constitui-se enquanto sujeito." (Zanella, 2001, p. 74).

Via tal modo de pensar pode-se compreender que o sujeito constitui-se num processo no qual ele é sujeito a e sujeito de e, desta forma, busca-se " apreendê-lo" em sua totalidade e complexidade, objetivadas nas atividades que empreende em contextos culturais específicos.

Toda atividade humana é mediada por signos em sua significação, ou seja, naquilo que o signo significa por sua relação, e objetiva-se na produção de material simbólico, movimento este que possibilita a constituição dos processos psicológicos superiores, tipicamente humanos.

Assim, é via produção de sentidos² que o ser humano produz e apropria-se da cultura e constitui-se enquanto sujeito singular.

Este processo ocorre no campo da intersubjetividade, o qual é compreendido como " lugar do encontro, confronto e da negociação dos mundos de significação privados (ou seja, de cada interlocutor) à procura de um espaço comum de entendimento e produção de sentidos, mundo público de significação" . (Pino, 2000, p. 22)

E são esses novos sentidos (singulares), que consistem numa (re)significação dos sentidos já apropriados e de outros sentidos (compartilhados), que serão desenvolvidos.

Assim, a linguagem escrita revela-se como possibilidade de criação, a partir da síntese entre aspectos que traz consigo, em relação ao que já foi, ao que é mas

deixa e não deixa de ser, ao ser apropriado pelo outro, e ao que virá a ser, a partir desse novo olhar.

(...) as sínteses mais recentes em termos de conhecimento guardam todo o processo e o movimento da produção do saber contida em formas anteriores e que se foram trans-formando, provocando e sendo provocadas pelos diferentes movimentos desta sua produção contendo, também, aquilo que é considerado novo (DAROS, 2007, p. 3).

É este movimento que liberta as amarras entre a dicotomia forma x conteúdo, ou ainda, na linguagem escrita, técnica x sentidos.

Por exemplo, o sujeito, ao ler um texto, enquanto leitor entra em contato com o autor da obra e, ao mesmo tempo, produz sentidos sobre o que foi lido, ou seja, transforma-se em co-autor do texto.

Pode-se dizer que o que o mobiliza ao ler um texto revela não apenas sua singularidade, mas uma singularidade que é construída nas suas relações com os outros, as quais trazem marcas de uma coletividade que compartilham sentidos.

Entende-se, desta forma, que a noção instrumental da linguagem não é suficiente para abranger sua própria complexidade, uma vez que este aspecto não se define como tipicamente humano.

É preciso considerar também o movimento dialético de produção de sentidos, por cujo intermédio se busca transcender e compreender a produção de material simbólico e significativo.

Vygotski (1992), aborda a " palavra significativa" como uma unidade de análise que abrange os aspectos forma e conteúdo e permite superar antagonismos, compreendendo a dimensão constitutiva destes aspectos.

2.2 - O desafio de ensinar ler e escrever

Escrever por interesse individual ou profissionalmente exige muito esforço e criatividade. O encarar com realismo esse desafio é comprometer-se, dar o melhor de si em um movimento constante de aprendizagem. As ações de ler, pensar e escrever se completam.

O ler induz o leitor a pensar melhor e a escrever com mais clareza e espontaneidade.

O pensar leva-o à leitura mais profunda e à escrita mais rápida. E o escrever provoca leituras mais intensas e a pensar com mais equilíbrio. Enfim, ler, pensar e escrever motivam qualquer aprendiz a gostar de aprender.

Apesar das vantagens no desenvolver essas habilidades na escola, a falta de leitura tem sido acusada, por educadores, como a principal responsável pelos prejuízos no ensino da língua, tais como: a incapacidade de fixar as normas ortográficas das palavras; a incoerência; o desconhecimento da literatura e dos dados culturais básicos; a pobreza do vocabulário e a limitação do pensamento e a ausência do hábito de ler.

Por outro lado, para não ler, estudantes argumentam a falta de tempo, a ausência de estímulos para saber sobre o passado e a inutilidade de ler livros para aprender algo, se vêem e ouvem tudo de modo mais confortável pelo rádio, pela televisão, por computadores, CDs, CD-Rom e outros meios da multimídia. Um universo de apreciadores de obras da comunicação maior do que de leitores propriamente ditos. (SOARES, 2003).

O pensar por si próprio, porém, atividade que requer tempo, concentração e interesse de aprender, envolve a construção de um sistema de convicções, um acervo de certezas bem fundamentadas, um conjunto de opiniões comprovadas na realidade, verdades assumidas, ou seja, uma boa formação intelectual, além de questionar, pesquisar, perguntar e repensar o que outros já pensaram.

Nesse sentido, a habilidade de ler se presta a essa tarefa de repensar conceitos e de construir valores, captando a essência das palavras.

Quanto ao escrever, este constitui-se tarefa árdua, um trabalho manual e cansativo que não admite preguiça e sim disposição de começar e recomeçar, estruturar e reestruturar tantas vezes quantas necessário ao texto desejado.

Esse trabalho auto-exigente depende de um esforço de criação, ordenação de idéias e organização de períodos e parágrafos que se traduz em um processo lento e de contínuas escolhas: o tema, o público-alvo, o modo de convencimento, as causas que motivam o texto e as suas finalidades. Um sujeito em busca de outros; uma busca solitária, mas com intenção plural em que o outro se faz presente no meu texto.

Para obter um estilo próprio é preciso que eu demonstre minha capacidade de dizer por escrito o que sou, de revelar ao máximo minha capacidade de expressão. No entanto, essa trajetória é aberta, pessoal e complexa; exige força de vontade, coragem e determinação para ir e vir, fazer e refazer, um processo que nunca se fecha, nunca se dá por acabado. (KLEIMAN, 1995).

Portanto, ler, pensar, escrever, são os caminhos que estão sempre abertos para quem quer aprender.

E quanto ao escrever, tanto o exercício quanto o hábito podem tornar um aprendiz autônomo e competente produtor de textos.

São três os fatores que influem no desenvolvimento da capacidade de aprender. Primeiramente, a atitude de querer aprender.

É preciso que a escola desenvolva, no aluno, o aprendizado dos verbos querer e aprender, de modo a motivar para conjugá-los assim: eu quero aprender. Tal comportamento exigirá do aluno, de logo, uma série de atitudes como interesse, motivação, atenção, compreensão, participação e expectativa de aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser pessoa.

O segundo fator diz respeito às competências e habilidades, no que poderíamos chamar, simplesmente, de desenvolvimento de aptidões cognitivas e procedimentais. Quem aprende a ser competente, desenvolve um interesse especial de aprender.

No entanto, só desenvolvemos a capacidade de aprender quando aprendemos a pensar. Só pensamos bem quando aprendemos métodos e técnicas de estudo. É este fator que garante, pois, a capacidade de auto-aprendizagem do aluno.

O terceiro fator refere-se à aprendizagem de conhecimentos ou conteúdos. Para tanto, a construção de um currículo escolar, com disciplinas atualizadas e bem planejadas, é fundamental para que o aluno desenvolva sua compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, conforme o que determina o artigo 32 da LDB. (KATO,1999).

Muitos sabem conhecimentos, mas poucos ensinam a aprender. Ensinar a aprender é ensinar estratégias de aprendizagem. Na escola tradicional, o P, maiúsculo, significa professor-representante do Conhecimento; o C, maiúsculo, significa Conhecimento acumulado historicamente na memória social e na memória do professor e o a, minúsculo, significa o aluno, que, a rigor, para o professor, e para a própria escola, é tabula rasa, isto é, conhece pouco ou não sabe de nada.

Isto não é verdade. Saber ensinar é oferecer condições para que o discípulo supere, inclusive, o mestre.

Numa palavra: ensinar é fazer aprender a aprender, de modo que o modelo pedagógico desenvolva os processos de pensamento para construir o conhecimento, que não é exclusividade de quem ensina ou aprende.

É papel dos professores levar o aluno a aprender para conhecer, o que pode ser traduzido por aprender a aprender, em que o aluno é capaz de exercitar a atenção, a memória e o pensamento autônomo.

“Lacunas na formação do docente. As maiores dificuldades dos docentes residem nas deficiências próprias do processo de formação acadêmica”. (SOARES,1998).

Nas universidades brasileiras, os cursos de formação de professores (as chamadas licenciaturas) se concentram muito nos conteúdos que vêm de ciências duras, mas se descuidam das competências e habilidades que deve ter o futuro professor, em particular, o domínio de estratégias que permitam se comportar docentes eficientes, autônomos e estratégicos.

Os docentes enfrentam dificuldades de ensinar a aprender, isto é, desconhecem, muitas vezes, como os alunos podem aprender e quais os processos que devem realizar para que seus alunos adquiram, desenvolvam e processem as informações ensinadas e apreendidas em sala de aula.

Nesse sentido, o trabalho com conceitos como aprendizagem, memória sensorial, memória de curto prazo, memória de longo prazo, estratégias cognitivas, quando não bem assimilados, no processo de formação dos docentes, serão convertidos em dores de cabeça constantes, em que o docente ensina, mas não tem a garantia de que está, realmente, ensinando a aprender. (KATO,1999).

A noção de memória é central para quem ensinar a aprender. As maiores dificuldades dos alunos residem no aprendizado de estratégias de aprendizagem.

A leitura, a escrita e a matemática são meios ou estratégias para o desenvolvimento da capacidade de aprender.

Entre as três, certamente, a leitura, especialmente a compreensão leitora, tem o seu lugar de destaque.

Ler para aprender é fundamental para qualquer componente pedagógico do currículo escolar. Através dessa habilidade, a leitura envolve a atividade de ler para compreender, exigindo que o aluno, por seu turno, aprenda a concentrar-se na seleção de informação relevante no texto, utilizando, para tanto, estratégias de aprendizagem e avaliação de eficácia. (KATO,1999).

Aprender, pois, a selecionar informação, é uma tarefa de quem ensina e desafio para a escola e a família que são instituições ainda muito conservadoras. Nisso, por um lado, não há demérito mas às vezes também não há mérito.

No Brasil, muitas escolas utilizam procedimentos do século XVI, do período jesuítico como a cópia e o ditado. Nada contra os dois procedimentos, mas que tenham uma fundamentação pedagógica e que valorizem a escrita criativa do aluno, ou terão pouca repercussão no seu aprendizado.

Seja como for, o importante é que os docentes tenham conhecimento dessas pedagogias e possam criar modelos alternativos para que haja a possibilidade de o aluno aprender a aprender, ou seja, ser capaz de descobrir e aprender por ele mesmo, ou, em colaboração com outros, os procedimentos, conhecimentos e atitudes que atendam às novas exigências da sociedade do conhecimento.

“Em diferentes momentos, a família é convocada, pelo poder público, a participar do processo de formação escolar: no primeiro instante, matriculando, obrigatoriamente, seu filho, em idade escolar, no ensino fundamental”. (SOARES,1998).

No segundo instante, zelando pela freqüência à escola e num terceiro momento se articulando com a escola, de modo a assegurar meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento e zelando, com os docentes, pela aprendizagem dos alunos.

O papel da família, no desenvolvimento da capacidade de aprender, é tarefa, pois, de natureza legal ou jurídica, implicando em articular-se com a escola e seus docentes, velando, de forma permanente, pela qualidade de ensino.

O papel, pois, da família é de zelar, a exemplo dos docentes, pela aprendizagem. Isto significa acompanhar de perto a elaboração da proposta pedagógica da escola, não abrindo mão de prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento ou em atraso escolar bem como assegurar meios de acesso aos níveis mais elevados de ensino segundo a capacidade de cada um. Professor: mediador do aqui, agora.(SOARES,1998).

As mídias convencionais ou eletrônicas apontam para uma revolução pós-industrial, centrada no conhecimento.

Estamos na chamada sociedade do conhecimento em que um aprendente dedicado à pesquisa pode, em pouco tempo, superar os conhecimentos acumulados do mestre.

E tudo isso é bom para quem ensina e para quem aprende.

O conhecimento é possível de ser democraticamente capturado ou adquirido por todos: todos estão em condições de aprendizagem.

Claro, a figura do professor não desaparece, exceto o modelo tradicional do tipo sabe-tudo, mas passa a exercer um papel de mediador ou instrutor ou mesmo um facilitador na aquisição e desenvolvimento de aprendizagem.

Ensinar a ler e a escrever são tarefas da escola, desafio indispensável para todas as áreas/disciplinas escolares, uma vez que ler e escrever são os meios básicos para o desenvolvimento da capacidade de aprender e constituem competências para a formação do estudante, responsabilidade maior da escola.

“Ensinar é dar condições ao estudante para que se aproprie do conhecimento historicamente construído e se insira nessa construção como produtor de conhecimentos”. (LURIA, 1987).

Ensinar é ensinar a *ler* para que se torne capaz dessa apropriação, pois o conhecimento acumulado está, em grande parte, escrito em livros, revistas, jornais, relatórios, arquivos. Ensinar é também ensinar a *escrever*, porque a produção de conhecimento se expressa, no mais das vezes, por escrito.

Numa primeira instância, ler e escrever é alfabetizar, levar o aluno ao domínio do código escrito. E é sempre bom levar em conta o que nos dizem as atuais pesquisas sobre o processo de alfabetização. Ao alfabetizar-se, o aluno não está apenas transpondo a língua que já fala para um outro código, mas está aprendendo uma outra língua, a língua escrita, isto porque a língua que falamos não é a mesma que escrevemos, havendo, assim, aprendizagens específicas que devem ser consideradas por nós, professores. (LURIA, 1987).

A escola vem se constituindo como espaço privilegiado para a aprendizagem e o desenvolvimento da leitura e da escrita, já que é nela que se dá o encontro decisivo da criança com o ler e o escrever. Para muitas crianças de nosso país, a escola é o único lugar onde há livros, ou a sala de aula o lugar onde os alunos não estão voltados apenas para a televisão.

É na escola que a própria televisão pode ser vista de uma forma não apenas lúdica, mas também crítica. É na escola que se pode promover, por meio da leitura, as diferentes aprendizagens de cada área de conhecimento e do mundo. Não é, portanto, uma tarefa simples e, no entanto, possui um grandioso alcance na vida de todo e qualquer estudante: crianças, jovens e adultos.

Sem estudantes vivenciando oportunidades sistemáticas de leitura, escrevendo e dialogando, a escola correrá o risco de restringir-se à reprodução.

Essa, aliás, é uma prática que cada vez mais tem sido rejeitada: as atividades de leitura e escrita, nas diversas modalidades, transformadas em ritual burocrático, no qual o estudante lê sem poder discutir, lê sem compreender, responde questionários mecanicamente e escreve textos buscando simplesmente concordar com o professor ou a professora.(LURIA,1987).

O que se deseja é que estudantes, e também professores, possam constituir-se como leitores e produtores de textos.

Mais importante que reter a informação obtida pela leitura tradicional dos muitos textos, nas muitas áreas que compõem o currículo escolar, as atividades de leitura e escrita devem proporcionar aos alunos condições para que possam, de uma forma permanente e autônoma, localizar novas informações pela leitura do mundo, e expressá-las, escrevendo para e no mundo.

“Assim, leitura e escrita constituem-se como competências não apenas de uso, mas igualmente de compreensão da vida em sociedade” (SOARES,1998).

O professor é aquele que apresenta as diferentes possibilidades de leitura: tudo e mais um pouco! Livros, poemas, notícias, receitas, paisagens, imagens, partituras, sons, gestos, corpos em movimento, mapas, gráficos, símbolos, o mundo enfim.

Ele poderá contribuir no desenvolvimento da capacidade de interpretar e estabelecer significados dos diferentes textos, criando e promovendo variadas experiências, situações novas, que levem a uma utilização diversificada do ler/escrever. Isso tornará possível a formação de uma geração de leitores capazes de dominar as múltiplas formas de linguagem e de reconhecer os variados e inovadores recursos tecnológicos, disponíveis para a comunicação humana no dia a dia.

Ler e escrever são tarefas na escola, privilegiadamente em cada sala de aula, mas também no pátio, na biblioteca, no refeitório, enfim a escola vista como espaço de estímulo às diferentes relações com a leitura. A biblioteca passa a ser concebida como lugar em que se estimula a circulação e a transferência da informação, que favorece a convivência dos diferentes segmentos da comunidade escolar, pertencendo, portanto, a todos os usuários e, ao mesmo tempo, não sendo propriedade de uns ou de outros.

E por que privilegiadamente a sala de aula é o lugar de leitura e de escrita? Porque a sala de aula é o lugar onde o professor ensina, onde ele mostra, por sua presença e atuação, a importância da leitura: ele traz os livros, apresenta-os, quer que todos escolham o que vão ler, fica sabendo do interesse que se vai formando em cada um, faz sugestões, discute e aprofunda os assuntos, responde perguntas e lê com os alunos. (PINO,2000).

A biblioteca é o lugar de outra vivência. Na biblioteca, o aluno, explora o seu acervo, expande seus interesses: descobre que existem múltiplos materiais para leitura, livros de todo o tipo e sobre todos os assuntos, ou concentra-se em uma leitura de aprofundamento de um determinado interesse, estimulado pela leitura em sala de aula.

A sala de aula é o lugar de criação de vínculo com a leitura, de inserção do aluno na tradição do conhecimento. A biblioteca é o lugar do cultivo pessoal desse vínculo.

Ao lado da atividade de leitura orientada pelo gosto, pelo prazer de atribuir sentido a um texto, cada professor, na aula de sua respectiva área (ou dois ou mais professores em trabalho integrado) promoverá a leitura de textos que devem ser aprofundados e todos poderão vivenciar o encantamento da descoberta dos muitos sentidos em textos decisivos para o conhecimento produzido pela humanidade.

Esta inserção do aluno no universo da cultura letrada desenvolve a habilidade de dialogar com os textos lidos, através da capacidade de ler em profundidade e interpretar textos significativos para a formação de sua cidadania, cultura e sensibilidade.

Será importante, assim, que cada professor em sua sala de aula vincule – através da produção escrita – conteúdos e/ou conceitos específicos da área em que atua com a vida de seus alunos, solicitando-lhes que escrevam sobre aspectos de suas vivências socioculturais, propondo que esses textos sejam lidos para os colegas e discutidos em sala de aula.

Cada professor lerá esses textos com interesse, pelo que querem expressar e não apenas para corrigir o Português ou verificar o acerto de suas respostas. Orientará a reescrita dos textos, sempre que necessário, para que digam com mais clareza e mais riqueza o que querem dizer.

Ler e escrever, portanto, implicam redimensionar as práticas e os espaços escolares. Isto leva a uma reflexão sobre a relação pessoal com o desenvolvimento

da leitura e da escrita na sala de aula e, no limite, propõe o desencadeamento de novos modos de ser e fazer o ler e o escrever na escola: a formação de cidadãos e cidadãs para um mundo em permanente mudança nas suas escritas, e cada vez mais exigente quanto à qualidade da leitura.

“A provocação que está lançada é que o tema ler e escrever, como tarefa de todas as áreas, motive um olhar e um refletir sobre a ação do professor e da escola em seu conjunto, sobre seus compromissos” (PINO,2000).

Esperamos que o tema venha a abrir perspectivas para que, na escola, um pergunte ao outro sobre o que pensa ser ler e escrever em sua área; que desperte o interagir orientando para uma formação mais ampla, completa e dinâmica; que seja viável encaminhar ações interdisciplinares possíveis e desejáveis.

E ainda, que entre colegas professores possa se estabelecer um diálogo constante a respeito das atividades de ler e escrever, isto é, sobre a atividade de ensinar, oportunidade de construir sentido e produzir conhecimento.

III - AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA

O ensino da leitura e, particularmente, a importância da literatura na formação pessoal e intelectual do ser humano ainda nas séries iniciais, encontram pouco espaço nos programas de formação inicial e continuada das escolas brasileiras.

3.1 – As dificuldades encontradas pelos professores que trabalham com o 2º ano do ensino fundamental

São muitas as dificuldades que os professores enfrentam nesta etapa do ensino, principalmente em relação à aprendizagem da leitura e da escrita. São vários os fatores que estimulam essa dificuldade de aprendizagem no 2º ano.

Segundo Rebelo (1993), as dificuldades de aprendizagem podem ser entendidas como obstáculos, ou barreiras, encontrados por alunos durante o período de escolarização referentes à captação ou assimilação dos conteúdos propostos.

Eles podem ser duradouros ou passageiros e mais ou menos intensos e levam alunos ao abandono da escola, à reprovação, ao baixo rendimento, ao atraso no tempo de aprendizagem ou mesmo à necessidade de ajuda especializada.

Segundo Freire:

A característica principal de uma dificuldade de aprendizagem é o baixo rendimento, ou desempenho, em atividades de leitura, escrita ou cálculo matemático apresentado por escolares em relação ao que se poderia esperar de acordo com sua inteligência e oportunidades. (FREIRE, 1990, p. 12).

Embora o baixo rendimento ou desempenho, escolar não seja definitivo para caracterizar as dificuldades de aprendizagem, é necessário que os pais e

professores estejam atentos a ele porque representa o ponto de partida para a detecção de problemas relacionados à leitura, à escrita e ao cálculo

“Assim, o processo de escolarização requer uma série de habilidades e competências que se constituem pré-requisitos para as aprendizagens que se processarão”. (LEITE, 2001, p. 18).

É muito comum que escolares enfrentem problemas de ordens diversas nos primeiros anos de escolarização; existe neste período uma gama de fatores de ordem interna e externa, tanto próprios do indivíduo, quanto da escola ou do seu ambiente, capazes de interferir na aprendizagem e constituírem obstáculos à integração do pensar, sentir, falar, e ouvir.

É na sala de aula que as dificuldades para aprender se concretizam, tornando, assim, comum que as mesmas sirvam de laboratório para investigação e ensaios de avaliação da aprendizagem e mesmo para práticas de intervenção.

A avaliação inicial e referencial do professor pode então ser de grande utilidade para a investigação das dificuldades de aprendizagem.

As maiores dificuldades dos docentes residem nas deficiências próprias do processo de formação acadêmica.

Nas universidades brasileiras, os cursos de formação de professores as chamadas licenciaturas se concentram muito nos conteúdos que vêm de ciências duras, mas se descuidam das competências e habilidades que deve ter o futuro professor, em particular, o domínio de estratégias que permitam se comportar como docentes eficientes, autônomos e estratégicos.

Os professores enfrentam dificuldades de ensinar a aprender, isto é, desconhecem, muitas vezes, como os alunos podem aprender e quais os processos que devem realizar para que seus alunos adquiram, desenvolvam e processem as informações ensinadas e apreendidas em sala de aula.

Nesse sentido, Ferreiro define que:

(...) o trabalho com conceitos como aprendizagem, memória sensorial, memória de curto prazo, memória de longo prazo, estratégias cognitivas, quando não bem assimilados, no processo de formação dos docentes, serão convertidos em dores de cabeça constantes, em que o docente ensina, mas não tem a garantia de que está, realmente, ensinando a aprender. A noção de memória é central para quem quer ensinar a aprender.(FERREIRO, 2001, p. 22).

As maiores dificuldades dos alunos referem-se ao aprendizado de estratégias de aprendizagem. A leitura, a escrita e a matemática são meios ou estratégias para o desenvolvimento da capacidade de aprender.

Entre as três domínios cognitivos, certamente, a leitura, especialmente a compreensão leitora, tem o seu lugar de desta que. Ler para aprender é fundamental para qualquer componente pedagógico do currículo escolar.

A leitura envolve a atividade de ler para compreender, exigindo que o aluno, por seu turno, aprenda a concentrar-se na seleção de informação relevante no texto, utilizando, para tanto, estratégias de aprendizagem e avaliação da eficácia da leitura.

Aprender, pois, a selecionar informação, extrair bem uma informação de determinado texto, é uma tarefa fundamental para que se propõe a ser um bom professor e desafio para quem quer, realmente, construir um pensamento próprio.

3.2- As concepções das crianças a respeito do sistema da escrita

Os indicadores mais claros das explorações que as crianças realizam para compreender a natureza da escrita são suas produções espontâneas, entendendo como tal as que não são o resultado de uma cópia (imediate ou posterior)) Quando uma criança escreve tal como acredita que poderia ou deveria escrever certo conjunto de palavras está nos oferecendo um valiosíssimo documento que necessita ser interpretado para poder ser avaliado.

Quando uma criança escreve tal como acredita que poderia ou deveria escrever certo conjunto de palavras está nos oferecendo um valiosíssimo documento que necessita ser interpretado para poder ser avaliado. Essas escritas infantis tem sido consideradas displicentemente como garatujas "puro jogo" o resultado de fazer "como se" soubesse escrever Aprender a lê-las - isto é, a interpreta-las — e um longo aprendizado que requer uma atitude teórica definida. (FERREIRO, 2001, p. 10).

O modo tradicional de se considerar a escrita infantil consiste em se prestar atenção apenas nos aspectos gráficos dessas produções, ignorando os aspectos construtivos.

Os aspectos gráficos têm a ver com a qualidade do traço, a distribuição espacial das formas, a orientação predominante (da esquerda para a direita, de cima para baixo), a orientação dos caracteres individuais (inversões, rotações, etc.).

Os aspectos construtivos têm a ver com o que se quis representar e os meios utilizados para criar diferenciações entre as representações.

Do ponto de vista construtivo, a escrita infantil segue uma linha de evolução surpreendentemente regular, através de diversos meios culturais, de diversas situações educativas e de diversas línguas.

Durante a aprendizagem da escrita, a criança passa por várias fases até chegar à hipótese alfabética, na qual realiza uma análise sonora da palavra que vai escrever, fazendo corresponder a cada som de fala um caráter escrito.

A produção escrita da criança torna-se legível para o adulto, embora não haja ainda o domínio das regras de ortografia, o que ocorre posteriormente, de forma gradativa.

Também esse processo deve ser estimulado, através da apresentação de materiais escritos na escola e no ambiente familiar, já que trata-se de uma aquisição cultural, ou seja, que não ocorre apenas internamente na criança.

“Nessa fase de escrita alfabética, as crianças podem escrever palavras como, por exemplo, “dinosaurio” (dinossauro), “tatussinho” (tatuzinho) e “jacare” (jacaré)”. (LURIA,1987).

É necessário que estejam em contato com vários materiais escritos, através dos quais possam perceber as diferenças no padrão de escrita do idioma e compará-los com sua maneira de escrever para que adquiram a escrita ortográfica.

É importante ressaltar que podem ocorrer diferenças individuais quanto à idade em que as crianças passam por cada fase de evolução da escrita.

Essas diferenças têm a ver também com o maior ou menor interesse e estimulação (principalmente da família) em relação à oferta de material significativo de leitura e escrita.

Contudo, é desejável que os pais observem a evolução de todo esse processo e estejam atentos a dificuldades específicas, que podem necessitar de ajuda profissional, principalmente quando a criança está em uma fase inicial do processo e a requisição escolar é de uma fase mais adiantada.

Nesses casos é necessário diagnosticar os fatores que podem estar interferindo para, então, fazer com que a criança evolua e acompanhe o que é pedido para seu nível de escolaridade.

A leitura, parte desse processo, também desenvolve-se de forma gradual, é um hábito a ser adquirido e deve ser fonte de prazer e não apresentada de forma obrigatória através de imposição ou cercada de castigos e ameaças.

Sua apresentação deve ocorrer o mais cedo possível na vida da criança, já no ambiente doméstico, através da família e dos pais.

Estes são os primeiros incentivadores, promovendo a aproximação com a linguagem desde o momento em que cantam para os bebês, brincam com eles usando histórias, adivinhações, rimas e expressões folclóricas, ou folheiam livros e revistas buscando figuras conhecidas e perguntando sobre seus nomes.(LURIA,1987).

A leitura reflete-se de forma significativa na escrita da criança (e do adulto também), na medida em que, ao ler, memorizamos as correspondências ortografia-som sem memorizar regras, e apreendemos também as exceções das mesmas, além de ampliarmos o vocabulário e o conhecimento das estruturas de diferentes textos, o que aumenta o repertório e reflete-se em uma escrita melhor.

“Isso explica as diferenças quanto à apropriação da ortografia (saber, por exemplo, que a palavra “onça” deve ser escrita com “ç”, apesar do som de fala ser “s”). “ (PINO,2000).

Escrever respeitando os padrões da língua é um processo gradual, mas depende muito da estimulação que a criança recebe quanto ao uso significativo (para ela) de material escrito.

Os adultos que participam da vida da criança têm papel fundamental no aprendizado da leitura e escrita.

Por isso é importante que sejam modelos de leitura, que leiam freqüentemente para a criança e que introduzam a leitura em sua vida o mais cedo possível. Afinal, ler é um hábito a ser desenvolvido e, como todos os hábitos, só se instala se for realizado muitas vezes.

É fundamental entender que essa aprendizagem é gradativa, que devem ser respeitadas diferenças individuais e não se deve punir e criticar a criança por ela não estar lendo ou escrevendo como outra da mesma idade. Isso poderia atrapalhar o seu desenvolvimento, gerando nela sentimentos de insegurança e incapacidade.

Ao contrário, deve-se compreender que, quanto mais à criança associar a leitura e a escrita com atividades úteis e que lhe dêem prazer, maior será o seu desejo de aproximar-se delas, maior facilidade ela terá de aprendizado (afinal, aprende-se a ler e escrever lendo e escrevendo) e maiores chances ela terá de levar a leitura e a escrita como aliadas para toda a vida.(KLEIMAN,1995).

O ensino da leitura e, particularmente, a importância da literatura na formação pessoal e intelectual do ser humano ainda nas séries iniciais, encontram pouco espaço nos programas de formação inicial e continuada das escolas brasileiras.

O ato de ler é um processo abrangente e complexo; é um processo de compreensão, de entender o mundo a partir de uma característica particular ao homem: sua capacidade de interação com o outro através das palavras, que por sua vez estão sempre submetidas a um contexto.

Desta forma as autoras afirmam que a recepção de um texto nunca poderá ser entendida como um ato passivo, pois quem escreve o faz pressupondo o outro. Desta forma, a interação leitor-texto se faz presente desde o início de sua construção.

Nas trilhas do mesmo entendimento Souza (1992), afirma:

"Leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias".

Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

Vislumbramos em Freire (1989), este olhar sobre leitura quando nos diz que a "leitura do mundo" precede a leitura da palavra, ou seja, a compreensão do texto se dá a partir de uma leitura crítica, percebendo a relação entre o texto e o contexto.

Dessa forma, um leitor crítico não é apenas um decifrador de sinais, mas sim aquele que se coloca como co-enunciador, travando um diálogo com o escritor, sendo capaz de construir o universo textual e produtivo na medida em que refaz o percurso do autor, instituindo-se como sujeito do processo de ler.

Nesta concepção de leitura onde o leitor dialoga com o autor, a leitura torna-se uma atividade social de alcance político.

Ao permitir a interação entre os indivíduos, a leitura não pode ser compreendida apenas como a decodificação de símbolos gráficos, mas sim como a

leitura do mundo, que deve ser constituída de sujeitos capazes de compreender o mundo e nele atuar como cidadãos.

“A leitura crítica sempre leva a produção ou construção de um outro texto: o texto do próprio leitor. Em outras palavras, a leitura crítica sempre gera expressão: o desvelamento do SER leitor. “ (SOARES, 1998).

Assim, este tipo de leitura é muito mais do que um simples processo de apropriação de significado; a leitura crítica deve ser caracterizada como um estudo, pois se concretiza numa proposta pensada pelo ser-no-mundo, dirigido ao outro. (SILVA, 1985).

Brandão (1997), nos afirmam que o leitor se institui no texto em duas instâncias: "No nível pragmático, o texto enquanto objeto veiculador de uma mensagem está atento em relação ao seu destinatário, mobilizando estratégias que tornem possíveis e facilitem a comunicação".

No nível lingüístico-semântico, o texto é uma potencialidade significativa que se atualiza no ato da leitura, levado o efeito por um leitor instituído no próprio texto, capaz de reconstruir o universo representado a partir das indicações, pistas gramaticais, que lhe são fornecidas.

Essa é uma perspectiva que concebe a leitura como um processo de compreensão amplo, envolvendo aspectos sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos. Segundo Martins (1989), o ato de ler é considerado "um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, por meio de qualquer linguagem".

Há que se encarar o leitor como atribuidor de significados e, nessa atribuição, levar-se em conta a interferência da bagagem cultural do receptor sobre o processo de decodificação e interpretação da mensagem.

Assim, no momento da leitura, o leitor interpreta o signo sob a influência de todas as suas experiências com o mundo, ou seja, sua memória cultural é que direcionará as decodificações futuras.

Todavia, para a formação deste leitor que consegue por em prática sua criticidade, é necessário que haja um estímulo contínuo para o contato entre o indivíduo e o trabalho.

O jovem e a criança precisam ser seduzidos para a leitura, desconsiderando neste processo qualquer artifício que possa tornar a leitura uma obrigação.

Martins (1989) chama a atenção para o contato sensorial com o trabalho, pois antes de ser um texto escrito, um trabalho é um objeto; tem forma, cor, textura. Na criança esta leitura através dos sentidos revela um prazer singular; esses primeiros contatos propiciam à criança a descoberta do trabalho, motivam-na para a concretização do ato de ler o texto escrito.

A escola torna-se fator fundamental na aquisição do hábito da leitura e formação do leitor, pois mesmo com suas limitações, ela é o espaço destinado ao aprendizado da leitura.

Tradicionalmente, na instituição escolar, lê-se para aprender a ler, enquanto que no cotidiano a leitura é regida por outros objetivos, que conformam o comportamento do leitor e sua atitude frente ao texto.

No dia-a-dia, uma pessoa pode ler para agir – ao ler uma placa, ou para sentir prazer – ao ler um gibi ou um romance, ou para informar-se – ao ler uma notícia de jornal.

Essas leituras, guiadas por diferentes objetivos, produzem efeitos diferentes, que modificam a ação do leitor diante do texto. São essas práticas sociais que precisam ser vividas em nossas salas de aula.

Apesar de todos os problemas funcionais e estruturais, é na escola que as crianças aprendem a ler. Muitas têm no ambiente escolar, o primeiro (e, às vezes, o único) contato com a literatura.

Assim fica claro que a escola, por ser estruturada com vistas à alfabetização e tendo um caráter formativo, constitui-se num ambiente privilegiado para a formação do leitor.

A literatura infantil é como uma manifestação de sentimentos e palavras, que conduz a criança ao desenvolvimento do seu intelecto, da personalidade, satisfazendo suas necessidades e aumentando sua capacidade crítica.

Esta literatura, como já foi expressa, tem o poder de estimular e/ou suscitar o imaginário, de responder as dúvidas do indivíduo em relação a tantas perguntas, de encontrar novas idéias para solucionar questões e instigar a curiosidade do leitor. Nesse processo, ouvir histórias tem uma importância que vai além do prazer.

É através de um conto e/ou de uma história, que a criança pode conhecer coisas novas, para que efetivamente sejam iniciados a construção da linguagem, da oralidade, idéias, valores e sentimentos, os quais ajudarão na sua formação pessoal.

Considera-se que o gosto pela leitura se constrói através de um longo processo e que é fundamental para o desenvolvimento de potencialidades, há a necessidade de se propor atividades diversas e diferenciadas para a formação do leitor crítico.

De acordo com Zilberman (2003, p.30):"(...) o uso do trabalho na escola nasce, pois, de um lado, da relação que se estabelece com seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante sua circunstância (...)"

Muitos estudos e pesquisas têm evidenciado a importância das atividades literárias diferenciadas no contexto educacional para o bom desempenho da criança.

A utilização da literatura como recurso pedagógico pode ser enriquecida e potencializada pela qualidade das intervenções do educador.

Assim, o educador preocupado com a formação do gosto pela leitura deve reservar espaços em que proponha atividades novas sem o compromisso de impor leituras e avaliar o educando.

Trata-se de operacionalizar espaços na escola e na sala de aula onde a leitura por fruição-prazer possa ser vivenciada pelas crianças e jovens.

As várias atividades propostas podem ajudar no contexto educacional, se bem utilizadas a partir de um conto: o pintar; o desenhar no contexto da história; discutir sobre as partes da história que as crianças mais gostaram; trocar experiências a partir da história contada; adivinhar o que vai acontecer e/ou imaginar finais e situações diferentes; colar; usar massa de modelar; usar bexiga; barbante; construir objetos com sucata; elaborar textos; encenar uma peça teatral; utilizar papéis diversos; confeccionar novos materiais; trabalhar em grupo etc, podem contribuir para a formação de um ser criativo, crítico, imaginativo, companheiro e provavelmente leitor.

Nesse contexto, o professor deve proporcionar várias atividades inovadoras, procurando conhecer os gostos de seus alunos e a partir daí escolher um trabalho ou uma história que vá ao encontro das necessidades da criança, adaptando o seu vocabulário, despertando esse educando para o gosto, deixando-o se expressar.

Acredita-se assim que a proposta de atividades variadas é de grande valor para o processo de construção da autonomia e desenvolvimento da criança em formação.

"É na escola que identificamos e formamos leitores..." Bamberger (1988).

Quando se fala em criança, pode-se perceber que a literatura é indispensável na escola como meio necessário para que a mesma compreenda o que acontece ao seu redor e para que seja capaz de interpretar diversas situações e escolher os caminhos com os quais se identifica.

Entende-se que a leitura é um dos caminhos de inserção no mundo e da satisfação de necessidades do ser humano. No entanto, muitos professores desconhecem a importância da leitura e da literatura mais especificamente por ignorar seu valor e/ou por falta de informação.

A prática educativa com a literatura nas séries iniciais do ensino fundamental quase sempre se resume em textos repetitivos, seguidos por cópias e exercícios dirigidos e mecânicos, onde o espaço para reflexão e compreensão sobre si e sobre o mundo raramente encontra lugar.

Daí a importância em se propiciar a leitura e a literatura de modo a permitir ao aluno criar e recriar o universo de possibilidades que o texto literário oferece. Pode-se dizer que a escola tem a oportunidade de estimular o gosto pela leitura se consegue promover de maneira lúdica o encontro da criança com o trabalho.

A esse respeito Zilberman (2003, p. 16), descreve que:

(...) a sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um campo importante para o intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Por isso, o educador deve adotar uma postura criativa que estimule o desenvolvimento integral da criança.

A literatura tem sua importância no âmbito escolar devido ao fornecimento de condições que propicia à criança em formação. Essa literatura é um fenômeno de criatividade, aprendizagem e prazer, que representa o mundo e a vida através das palavras.

Sabe-se que a literatura é um processo de contínuo prazer, que ajuda na formação de um ser pensante, autônomo, sensível e crítico que, ao entrar nesse processo prazeroso, se delicia com histórias e textos diversos, contribuindo assim para a construção do conhecimento e suscitando o imaginário.

Hoje se percebe também que quando bem utilizado no ambiente escolar, o trabalho de literatura pode contribuir ainda para o desenvolvimento pessoal, intelectual, conduzindo a criança ao mundo da escrita.

Dessa forma, a literatura infantil tem sua importância na escola e torna-se indispensável por conter todos os aspectos aqui levantados, sendo de grande valor por proporcionar o desenvolvimento e a aprendizagem da criança em sua amplitude.

A escola torna-se fator fundamental na aquisição do hábito da leitura e formação do leitor, pois mesmo com suas limitações, ela é o espaço destinado ao aprendizado da leitura.

Tradicionalmente, na instituição escolar, lê-se para aprender a ler, enquanto que no cotidiano a leitura é regida por outros objetivos, que conformam o comportamento do leitor e sua atitude frente ao texto. Essas leituras, guiadas por diferentes objetivos, produzem efeitos diferentes, que modificam a ação do leitor diante do texto.

Nesse processo, ouvir histórias tem uma importância que vai além do prazer. "O uso do trabalho na escola nasce, pois, de um lado, da relação que se estabelece com seu leitor, convertendo-o num ser crítico perante sua circunstância...".

Para ler muito, ler tudo, alunos e professor devem dessacralizar o trabalho e a biblioteca, que deixam de ser objeto de adoração e templo sagrado, intocáveis.

Quanto mais oportunidades tenham os alunos de ouvir, ver e sentir leituras alheias, maior será o prazer e a sensibilidade para compreender o que lêem e ouvem.

Quando a leitura é uma necessidade, um gosto apreciado no ambiente em que a criança vive, se é partilhada, usufruída em comum, a criança desenvolverá o quanto puder a capacidade e o prazer de ler.

É através da leitura que se tem acesso aos significados da cultura em que vive, estabelecendo relações entre as informações e construindo sentido para si e para o mundo.

A escola, um dos lugares de construção dos saberes sociais, ela precisa considerar a diversidade de significados sociais e culturais que as crianças compartilham.

São essas considerações que tornam fundamentais no trabalho com a prática da leitura, à medida que a aprendizagem da leitura e da escrita não é compreendida como uma aquisição mecânica, pois quando entendida dessa forma acaba-se transformando no que pudemos comprovar em nossa pesquisa, sobre o acontece hoje nas nossas escolas, a leitura acaba-se transformando numa prática de sacrifício, sem desejo e prazer. (SOARES, 2003).

Não basta oferecer às crianças livros em quantidade, ou ficar apenas nas leituras obrigatórias do livro de apóio didático, é necessário levar a criança a perceber, sentir de verdade que a leitura é um elemento essencial para a vida.

3.3 - Considerações Finais

Quando chega à idade da escolaridade obrigatória, a criança já adquiriu uma parte considerável da sua língua materna - entendida como o falar do meio em que foi criada e educada - sem necessidade de ensino formal.

Relativamente à escrita, a maior parte das crianças ainda não sabe ler, mas sabe que há uma relação estreita entre a escrita e a fala e que esta se pode representar sobre o papel, sob a forma de grafismos, que são percebidos numa seqüência determinada.

Se viveu em contacto com enunciados escritos, formulou hipóteses, tentou apreender as relações entre a escrita e a fala.

A leitura e a escrita são atividades mentais extremamente complexas, compostas por múltiplos processos interdependentes e que envolvem outras funções neuropsicológicas.

O professor tem um primordial papel no sentido de transformar esta pessoa alfabetizada, em uma pessoa letrada e isso se dá através de incentivos variados, no que diz respeito à leitura de diversas tipologias textuais e também utilizando-se de exercícios de interpretação e compreensão de diferentes tipos de textos, em que vários tipos de ferramentas podem ser utilizados.

Podem ser usados materiais mais convencionais como livros, revistas, jornais, entre outros e materiais mais modernos como internet, blogs, e-mails, etc.

Portanto, mais importante que decodificar símbolos (letras e palavras), é preciso compreender a funcionalidade da língua escrita, pois é assim que o cidadão torna-se mais atuante, participativo e autônomo, de forma significativa na sociedade na qual este está inserido.

É preciso reconhecer que nas atividades de ler e escrever pode ocorrer o processo criativo, e que este não se restringe às grandes obras da literatura.

Em nossa sociedade, ensinar e aprender a linguagem escrita, atividades tipicamente humanas e culturalmente determinadas, ocorrem por um processo

formal que, muitas vezes, apresenta um caráter institucional; ou seja, este momento é marcado pelo ingresso do sujeito, ainda na infância, em instituições responsáveis pelo ensinar: as escolas.

Sabe-se que este processo varia entre as diversas culturas, mas o que marca o percurso do processo de apropriação da linguagem escrita é a intencionalidade do ensinar e aprender a ler e a escrever, característica esta também presente em relação a outros conhecimentos considerados socialmente relevantes, que compõem os currículos escolares.

Ao observar as crianças que chegam à escola e trazem consigo um conhecimento prévio de um mundo regido por letras, também é comum notar o encantamento que estas apresentam ao vislumbrarem a possibilidade de ser leitoras e escritoras fluentes.

Há nestas crianças o desejo destas crianças de apropriar-se da linguagem escrita, o que significa a descoberta de um novo mundo; ou ainda, de reconhecer facetas de um universo até então supostamente conhecido. Ao longo do processo de escolarização, o sujeito apropria-se da linguagem escrita, num movimento que lhe permite a (re)construção de sentidos diversos das atividades de ler e escrever.

Assim, estas podem traduzir-se em fontes de descobertas, mudanças e satisfação, ou serem compreendidas como instrumentos utilizados apenas para que se cumpram demandas sociais. Os diferentes sentidos construídos podem ou não oferecer condições para que o sujeito se aproprie da linguagem escrita e compartilhe coletivamente este processo.

Para criar através da escrita é fundamental que se estabeleçam relações estéticas com o ler e o escrever. Pode-se dizer que a relação estética é uma das formas mais antigas de relação do homem com o mundo, antecedendo o direito, a política, a filosofia e a ciência.

Precede até mesmo a magia, o mito e a religião (VÁZQUEZ, 1999). Sabe-se que os seres humanos começam a se distinguir dos animais quando se tornam capazes de manter uma relação produtiva material com a natureza, ou seja, de produzir seus meios de existência.

Desta forma, a ação do homem sobre a matéria ocorria em função das necessidades básicas de sobrevivência e de outras exigências criadas pelo próprio homem em função de novas relações que se estabeleciam.

Vázquez (1999, p. 47) define estética como " a ciência de um modo específico de apropriação da realidade, vinculado a outros modos de apropriação humano do mundo e com as condições históricas, sociais e culturais em que ocorre."

Esta definição abrange o estético não-artístico, isto é, o que se encontra presente em outras criações elaboradas pelo homem, que não se restringem às especificamente artísticas.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi de grande importância, compreendeu-se que há diferenças entre o alfabetizar e o letrar, mas que ambos conceitos quando trabalhados de forma precisa são, de grande valia para a prática da leitura e também para a aprendizagem das crianças.

No 2º ano do ensino fundamental é necessário trabalhar de forma adequada com estes conceitos, pois nesta etapa o aluno adquire melhores valores e entendimento. Os objetivos deste trabalho vieram comprovar que realmente há necessidade de desenvolver a prática da leitura e escrita entre os alunos, despertá-lo para o gosto destas atividades.

Por fim, esta pesquisa foi de grande relevância , conseguiu-se comprovar que os professores sofrem dificuldades ao trabalhar com a alfabetização e letramento, e essas prática são fundamentais para que haja o pleno desenvolvimento do aluno, inserido nesta etapa escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. B. e outros. **Leitura e escrita na vida e na escola.** Em: *Leitura - teoria e prática*, ano 4, nº 6, dez/1985, pp. 15-26.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1988.

BORDINI, M.G. e AGUIAR, V.T. **Literatura: a formação do leitor - alternativas metodológicas.** 2.ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

BOLZAN, D.P. V. **Formação de professores: compartilhando e reconstruindo conhecimentos.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

BRANDÃO, Helena; MICHELETTI, Guaraciaba. **Teoria e prática da leitura.** In: **Ensinar e aprender com textos didáticos e paradidáticos.** São Paulo: Cortez, 1997.

Da Ros, S. . **Do inseparável que se institui como partes e clama por uma nova síntese: as relações entre ciências e arte.** Em A. V. Zanella, F. C. B. Costa, K. Maheirie & S. Da Ros (Orgs.), *Educação estética e constituição do sujeito: reflexões em curso* (pp. 85-97). Florianópolis: CED/NUP/UFSC .2007

FREIRE, Paulo; DONALDO, Macedo. **Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** 23ª. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FERREIRO, Emília. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas.** Belo Horizonte: Artes Médicas, 1987.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília. **Cultura escrita e educação**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, Mercado de letras, 1995.

Kramer, S. . **Escrita, experiência e formação – múltiplas possibilidades de formação de escrita**. Em **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprende**. Rio de Janeiro: DP & A.2000.

GERALDI, J.W. **Prática da leitura na escola**. Em: _____. (org.). **O texto na sala de aula**.

Gelb, I. J. **A study of writing**. Chicago: University. 1962.

GRAMMONT, Jaqueline. **Português para séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e letramento**. São Paulo: Editora Dimensão, 2003.

KLEIMAN, Â. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 5.ed., Campinas: Pontes/Ed. da UNICAMP, 1997.

LAJOLO, M. **O texto não é pretexto**. Em: ZILBERMAN, R. (org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LEITE, S.A. **Alfabetização e letramento - contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas, Arte/Escrita, 2001.

LEITE, L.C.M. **Gramática e literatura: desencontros e esperanças**. Em: GERALDI, J.W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997, pp. 17-25.

Lemle, M. (2000). **Guia teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática.

Lúria, A. R. (1987). **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Lúria**. Porto Alegre: Artmed

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Pino, A. S. (2000). Editorial. *Educação & Sociedade*, 71(21), 07-17.

SOARES, M.B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.

_____. **Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 1995.

SOUZA, Renata Junqueira de. **Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam**. Bauru: USC, 1992.

SILVA, Ezequiel T. **Leitura: algumas raízes do problema**. Campinas, FE/UNICAMP, 1985.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura & Realidade Brasileira**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Cortez, 1995.

Zanella, A. V. **Vygotski: contexto, contribuições à psicologia e o conceito de zona de desenvolvimento proximal**. Itajaí: Univali. 2001

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003

Vygotski, L. S. . **Pensamiento y palabra**. En **Obras escogidas II** (pp. 287-348). Madrid:1992

Vázquez, A. S. (1999). **Convite à estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999.